

**REGISTROS DA ESPIONAGEM DURANTE A DITADURA BRASILEIRA:  
O CASO DO CENTRO DE INFORMAÇÕES DO EXTERIOR****REGISTROS DE ESPIONAJE DURANTE LA DICTADURA BRASILEÑA: EL CASO DEL  
CENTRO DE INFORMACIONES DEL EXTERIOR**Ananda Simões Fernandes<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo pretende demonstrar o papel que os órgãos diplomáticos exerceram na chamada “comunidade de informações” durante a ditadura brasileira. Para tanto, será analisado o caso do Centro de Informações do Exterior, subordinado ao Ministério das Relações Exteriores e vinculado ao Serviço Nacional de Informações. Criado em 1966, esse órgão de caráter ultrassecreto tinha por finalidade vigiar os brasileiros que estivessem fora do território. Suas atividades perduraram até 1985, e somente em 2007 foram revelados os seus arquivos e encaminhados ao Arquivo Nacional. Sua documentação traz à tona a participação da diplomacia no organograma da informação e da repressão da ditadura brasileira, permitindo aferir como se deu a espionagem dos cidadãos brasileiros que não estavam no Brasil, inclusive com a colaboração dos serviços de inteligência de outros países.

**Palavras-chave:** Ditadura brasileira. Centro de Informações do Exterior. Espionagem.

**Abstract:** Este artículo tiene como objetivo demostrar el papel que desempeñaron los organismos diplomáticos en la llamada "comunidad de la información" durante la dictadura brasileña. Para eso, se analizará el caso del Centro de Informaciones del Exterior, subordinado al Ministerio de Relaciones Exteriores y vinculado al Servicio Nacional de Informaciones. Creado en 1966, este órgano ultra secreto tenía la intención de monitorear a los brasileños que estaban fuera del territorio. Sus actividades duraron hasta 1985, y solo en 2007 se revelaron y enviaron sus archivos al Archivo Nacional. Su documentación destaca la participación de la diplomacia en el organigrama de información y la represión de la dictadura brasileña, lo que permite evaluar cómo se produjo el espionaje de ciudadanos brasileños que no estaban en Brasil, incluso con la colaboración de servicios de inteligencia de otros países.

**Palabras clave:** Dictadura brasileña. Centro de Información del Exterior. Espionaje.

**Introdução**

“Os espões de punho de renda se mostraram mais espertos que seus colegas fardados” (FIGUEIREDO, 2005, p. 277). Ignorados e esquecidos inclusive pelos pesquisadores das ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, os órgãos de

---

<sup>1</sup> Doutora pelo Programa de Pós Graduação em História da UFRGS. Historiadora do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. E-mail: anandasfernandes@gmail.com

informação e espionagem vinculados à diplomacia demonstraram uma eficiência ímpar no organograma do aparato repressivo. Atuando fora das suas fronteiras, interligaram-se com diversos outros órgãos de informação e espionagem de diversos países, e usavam a via diplomática como fachada para suas operações. As atividades de espionagem eram consideradas a “elite” da informação, e designadas para agentes que tivessem determinados treinamentos. As noções de “segredo” e “sigilo” eram fundamentais, o que dava identidade e características a esses órgãos.

O caso do Centro de Informações do Exterior (CIEEx) é emblemático nesse sentido. Descoberto somente no ano de 2007, manteve-se secreto durante todo o período ditatorial brasileiro, até o encerramento das suas atividades, perdurando o segredo de sua existência na democracia. Nesse ano, o jornal *Correio Braziliense*,<sup>2</sup> da capital federal, publicou um conjunto de matérias e documentos denunciando o funcionamento de um órgão vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e subordinado ao Ministério das Relações Exteriores. Diante das denúncias, o Itamaraty reconheceu oficialmente esses documentos oriundos do CIEEx, bem como a sua existência. Segundo a reportagem, com o fim da ditadura, o SNI teria determinado a destruição da documentação, ordem que, entretanto, não foi cumprida.

Além do CIEEx, a “comunidade de informações” brasileira também contou com outro órgão vinculado ao Ministério das Relações Exterior, a Divisão de Segurança e Informações (DSI). Presentes em todos os ministérios civis desde o ano de 1967, destaca-se a relevância que os organismos de informação com atuação no exterior possuíram durante a ditadura brasileira.

As Divisões de Segurança e Informações estavam presentes em todos os ministérios civis, e tinham por função o monitoramento das próprias pastas. Devido à importância dada ao controle dos brasileiros no exterior, mesmo já existindo o Centro de Informações do Exterior, foi criada a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores, em 1967. Suas funções colidiam, às vezes, com a do

---

<sup>2</sup> As reportagens foram publicadas entre os dias 22 e 25 de julho de 2007, de autoria de Cláudio Dantas Sequeira, no jornal *Correio Braziliense*, de Brasília. São as seguintes: O pai do serviço secreto do Itamaraty; O serviço secreto do Itamaraty; As vítimas do CIEEX; 7 Vidas monitoradas pela diplomacia; Espiões na pele de diplomatas; Ex-agente na ativa; A diretoria do CIEEx.

CIEEx, apesar de na origem terem atividades diferentes. À DSI/MRE caberia a coleta e era um órgão legal, enquanto o CIEEx seria responsável pela busca de informações e de caráter clandestino. Porém, na prática, as ações se confundiam.

A historiadora Samantha Quadrato enumera quatro pontos específicos de atuação dos órgãos de informação vinculados à diplomacia, no que se refere ao controle das ações dos brasileiros que estavam fora do país:

O primeiro diz respeito a um possível retorno dos exilados. O segundo refere-se às campanhas de denúncia das violações dos direitos humanos e pela anistia, com as consequentes reuniões dos exilados para discutirem os rumos do movimento. O terceiro relaciona-se à atuação dos brasileiros exilados no exterior. E o quarto e último ponto está ligado ao monitoramento das viagens de brasileiros ao exterior (QUADRATO, 2004, p. 320).

Percebe-se que as noções de *sigilo* e *segredo* ainda no período democrático se aplicam aos documentos diplomáticos produzidos nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Uma das suas principais características era a *dissimulação*, o que torna difícil ainda hoje mensurar a rede de informantes e colaboradores dos serviços no exterior, sendo desconhecida a sua total dimensão.

### **Montagem e atuação do Centro de Informações do Exterior**

Ao retornar ao Brasil, no ano de 1966, o embaixador Manoel Pio Corrêa, então secretário-geral de Relações Exteriores, redigiu a portaria ultrassecreta que criou o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão clandestino de espionagem vinculado ao Serviço Nacional de Informações e subordinado à Secretaria-Geral de Relações Exteriores. Desconhecido por funcionários do próprio Ministério das Relações Exteriores e demais organismos da estrutura burocrática brasileira, funcionava com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior” (ADOC), como atesta o documento secreto de julho de 1976, ao informar que o CIEEx estava ocupando de forma definitiva novas instalações em prédio anexo ao Palácio Itamaraty e, para tanto,

toda a sua correspondência deveria ser endereçada a essa suposta assessoria.<sup>3</sup> Seu surgimento pode ser compreendido dentro da conjuntura de criação de outros órgãos de informações, como o próprio SNI, em 1964, do CIE, em 1967, além de um curso de informações criado na Escola Superior de Guerra (ESG), em 1965 (BRASIL, 2014). A partir de 1970, o CIE passou a integrar o Sistema Nacional de Informações (SISNI). O mesmo documento foi difundido para a Agência Central do SNI, os três serviços de informação e as segundas-seções dos Estados-Maiores das Forças Armadas, o Centro de Informações da Polícia Federal e a DSI do Ministério das Relações Exteriores.

A diplomacia brasileira já havia acumulado muita experiência e conhecimento no monitoramento de cidadãos considerados “perigosos” para os governos, com destaque para as atividades do Partido Comunista Brasileiro, principalmente com o advento da Guerra Fria, momento em que este foi colocado na ilegalidade, bem como uma análise depurada do chamado “movimento comunista internacional”.<sup>4</sup> Desde antes do golpe de Estado de 1964, o Uruguai e a Argentina já eram vistos como polos de “irradiação de atividades e propaganda comunistas”, e os embaixadores brasileiros nesses países tinham a preocupação em elaborar diversos dossiês sobre o tema (PENNA FILHO, 2008). Assim, a experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, por parte do embaixador Pio Corrêa, veio a somar-se para a criação do CIE.

Suas atividades de espionagem funcionaram sob o nome de “Plano de Busca Externa”, e contaram com a participação de funcionários do Ministério, de agentes do SISNI que se faziam passar por funcionários diplomáticos (principalmente conselheiros de embaixadas e assessores de cônsules) e dos adidos militares.<sup>5</sup> Apesar da

---

<sup>3</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 15.7, p. 1/1. CIE nº 235/76. Índice: Novas instalações da ADOC. “s.d.”, 7 jul. 1976.

<sup>4</sup> No período Entre Guerras, a diplomacia brasileira já possuía a preocupação em estruturar órgãos de informação e espionagem vinculados ao Ministério das Relações Exteriores em função do expansionismo do “comunismo internacional”. Assim, foram criados, no ano de 1936, os Serviços de Estudos e Investigações (SEI), passando a se chamar, no ano seguinte, de Serviços Especiais de Informações, mantendo a sigla. Num memorial descrito por Odette de Carvalho e Souza, chefe do SEI à época, às missões diplomáticas brasileiras caberiam o papel de “ótimos postos de observação” e aos consulados brasileiros, o exercício da vigilância. Também deveriam atuar conjuntamente a fim de colaborar no processo de expulsão de estrangeiros “indesejáveis”.

<sup>5</sup> Cinco chefes do CIE foram identificados pela Comissão Nacional da Verdade: 1) o primeiro-secretário Marcos Henrique Camillo Cortes, de 1966 a setembro de 1968; 2) o primeiro-secretário João Carlos

participação majoritária de civis na atuação das atividades clandestinas do CIEx, o mesmo era o único órgão civil de informação que integrava o “Subsistema de Informações Estratégicas Militares” (SUSIEM), coordenado pelo ministro-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (EMFA) e composto pela 2ª. Seção do EMFA, pela Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada (M-20), pela 2ª. Seção do Estado-Maior do Exército (2ª./EME) e pela Seção de Informações do Estado-Maior da Aeronáutica (2ª./EMAer) (FICO, 2001). Os órgãos militares eram responsáveis pela *segurança nacional*, cabendo, dessa forma, ao CIEx, a atuação clandestina fora do território brasileiro.

O documento de criação do CIEX, de caráter secreto, datado de 12 de julho de 1967,<sup>6</sup> definia as funções desse órgão de espionagem: a busca de informes e informações. Aos diplomatas não seriam designadas essas funções, pois eles já eram encarregados de realizar a coleta e análise do material dito “ostensivo” no exterior. Era necessária a criação de um órgão *clandestino* específico para tal serviço, sendo que suas ações não interviriam nas atividades diplomáticas de carreira.

As Missões diplomáticas e as Repartições consulares têm também por função obter informações de caráter sigiloso. Entretanto, dadas as suas atribuições e considerados os meios de que dispõem, é compreensível que não estejam em condições de efetuar a busca de informe e informações que, além de sigilosos, devem ser conhecidos de forma clandestina. A complexidade da busca e análise desse material, bem como os riscos que tal atividade pressupõe, demonstram a necessidade de criação, pelo governo brasileiro, de um serviço especializado para obtenção desse tipo de informações.

[...]

O serviço deverá ser responsável pela coleta e análise de informações no exterior, mas nunca deverá ser incumbido de formular diretrizes ou política para ação governamental, excetuada, é claro, matéria diretamente relacionada com a própria atividade de informações. Essa delimitação de funções é indispensável para assegurar a isenção

---

Pessoa Fragoso, de setembro de 1968 a novembro de 1969; 3) o primeiro-secretário (depois conselheiro) Paulo Sergio Nery, de janeiro de 1969 a novembro de 1973; 4) o conselheiro (depois ministro) Octavio José de Almeida Goulart, de novembro de 1973 a março de 1979; 5) o ministro (depois embaixador) Carlos Luzilde Hildebrandt, de 15 de março de 1979 a 1984 (BRASIL, 2014, p. 183).

<sup>6</sup> Arquivo CNV, 0092.000292/2015-93 (BRASIL, 2014).

requerida para dar objetividade e precisão às informações difundidas pelo serviço.<sup>7</sup>

Na lógica da comunidade de informações, a clandestinidade do CIEEx era essencial para a sua atuação, a fim, entre outros, de não comprometer o serviço diplomático brasileiro. Assim, o CIEEx foi ignorado por diversos agentes de informação de outros órgãos da “comunidade”, bem como dos próprios servidores do Ministério das Relações Exteriores:

O serviço deverá existir dentro do mais absoluto grau de sigilo. Essa “clandestinidade” é fundamental para a segurança e eficiência de seu funcionamento, bem como para impedir que suas atividades possam, em alguma contingência crítica, comprometer o serviço diplomático e, de forma geral, o Governo brasileiro. Esse grau de sigilo deverá ser mantido no mais alto nível, assegurando-se que a própria existência do serviço só seja do conhecimento de um número reduzido de autoridades, determinadas por meio de rígido critério de compartimentação e necessidade funcional.<sup>8</sup>

Para ser um agente do CIEEx, inicialmente era necessário ter realizado o curso de planejamento estratégico da Escola Superior de Guerra (ESG). Com a criação da Escola Nacional de Informações (EsNI), o treinamento passou a ocorrer nessa instituição. A partir da instalação do SISNI, o CIEEx foi integrado a essa rede, sendo sua colaboração entre os órgãos de informação internos, vital. Era a peça-chave da “comunidade de informações” no exterior:

O serviço deverá ser independente dos serviços internos, sendo para tanto delimitadas cuidadosamente as atribuições e responsabilidades de cada um. Tal independência é indispensável à segurança operacional do serviço no exterior e à acuidade de informações por ele produzidas. Coviamente, essa independência orgânica não exclui a permanente troca de informações e a cooperação estreita que será necessária. Assim, por exemplo, um serviço de informações interno poderá sempre dirigir, através dos canais previstos de comunicação, pedido de busca ao serviço responsável pelas informações no exterior, e vice-versa.<sup>9</sup>

---

<sup>7</sup> *Idem, Ibid.*

<sup>8</sup> *Idem, Ibid.*

<sup>9</sup> *Idem, Ibid.*

Essa conjunção é perceptível quando se analisa, por exemplo, a ata de uma das diversas reuniões dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas, produzida pela Agência Central do SNI.<sup>10</sup> Pode-se deduzir que essas reuniões eram quinzenais, e na reunião realizada dia 20 de setembro de 1977, compareceram representantes dos seguintes órgãos: Subchefia de Informações do Estado-Maior da Armada, 2ª. Seção do Estado-Maior do Exército, CIEx/MRE (com a presença do conselheiro Octávio José de Almeida Goulart) e Agência Central do SNI. Nessa reunião específica, três assuntos foram debatidos: conflito Peru x Chile, a política dos Estados Unidos em relação à América do Sul e a expulsão de Leonel Brizola do Uruguai. A ata da reunião era difundida para todas as segundas seções das Forças Armadas, para a Agência Central do SNI e a chefia do SNI, CIEx e Conselho de Segurança Nacional.

A Comissão Nacional da Verdade, através da análise da documentação produzida pelo CIEx, concluiu que esse órgão operava de forma bem simples. A “Central” comunicava-se, por meio de canais exclusivos, com as chamadas “bases”, que constam nos documentos como BEX, instaladas em missões diplomáticas e repartições consulares. A documentação aponta que todas as “bases” estavam vinculadas ao Ministério das Relações Exteriores e que não havia comunicação direta entre elas, ou seja, se reportavam somente à “Central” que, caso considerasse necessário, difundia a informação para as demais “bases” convenientes. Apesar de concentrar a maior parte das suas atividades nos países do Cone Sul, o CIEx estendeu suas ações até a Europa. Atuou nas embaixadas de Montevideú, Buenos Aires, Assunção e Santiago, no âmbito do Cone Sul; na Europa Ocidental, em Paris, Genebra e Lisboa (destacadamente, após a Revolução dos Cravos, em 1975); no Leste Europeu, em Praga, Moscou, Varsóvia e Berlim Oriental. Há indícios de que também teriam havido “bases” do CIEx nas cidades de La Paz, Lima, Caracas e Londres. Destaca-se o intenso grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações, principalmente com as do Cone Sul, havendo um

---

<sup>10</sup> Arquivo Nacional. Serviço Nacional de Informações. BR DFANBSB N8 0 PSN EST 0094. AC/SNI. Ata da sexagésima oitava reunião dos órgãos responsáveis pela produção de informações externas. “s.d.”, 20 set. 1977.

amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países.

O CIEEx teve como principal objetivo a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros durante a ditadura. Desse modo, sua dinâmica e área de atuação acompanharam a trajetória e os movimentos desses cidadãos nos diversos países onde buscaram refúgio. É importante destacar que o exílio político não deve ser compreendido como uma modalidade repressiva “menor” perante as demais metodologias de terror aplicadas pelas ditaduras. Foi uma das formas encontradas que teve por intuito afastar gerações que desestabilizavam os ditames impostos pela ditadura brasileira, numa “tentativa de destruição de uma determinada experiência política” (ROLLEMBERG, 2004, p. 281).

Na historiografia brasileira, o exílio é tradicionalmente classificado em duas gerações, conforme as definições da historiadora Denise Rollemberg. Assim, num primeiro momento, há a geração que sofreu o golpe de Estado de 1964, vinculada principalmente aos partidos políticos, aos militares legalistas, aos sindicalistas, à defesa das Reformas de Base propostas pelo presidente deposto João Goulart. A maior parte dos políticos que recorreu ao exílio foi alijada dos seus postos e/ou cargos pela decretação do Ato Institucional N.º 1 (AI-1), que cassava seus direitos políticos por dez anos. Segundo Rollemberg, a primeira geração de exilados brasileiros possuía em comum as seguintes características:

[...] a experiência dos embates da conjuntura anterior ao golpe: as barganhas políticas, as negociações pré-eleitorais, as greves, as manifestações de rua, a cumplicidade e a proteção do Estado, os comícios na Central do Brasil, a *reforma agrária na lei ou na marra*, as Ligas Camponesas, as rebeliões de cabos, sargentos e marinheiros. Entretanto, em geral, associa-se a primeira geração àqueles que se identificavam com o projeto das reformas de base, ligados a sindicatos e a partidos políticos legais, como o PTB, ou ilegais, como o PCB (ROLLEMBERG, 1999, p. 50).

O Uruguai – e destacadamente a capital, Montevideu, e a cidade fronteira de Rivera – passou a ser a “capital do exílio”. Mesmo que outros países tenham recebido brasileiros exilados da primeira geração, tais como o México, Chile, Argélia, Bolívia,



França, foi a proximidade territorial do país vizinho e a sua cultura democrática e tradição de solidariedade aos refugiados que levou à escolha do Uruguai como local de acolhida para o exílio político. Percebe-se essa opção quando se confrontam os números estimados: entre 500 e mil brasileiros teriam sido recebidos pelo governo uruguaio na condição de exilados (ROLLEMBERG, 1999).

Montevidéu passou a ser vista como sinônimo de lugar de liberdade de expressão política. Para lá dirigiram-se o presidente deposto João Goulart; o ex-governador do estado do Rio Grande do Sul e deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, Leonel Brizola; o reitor da Universidade de Brasília e chefe do Gabinete Civil, Darcy Ribeiro; o ex-ministro do Trabalho, Almino Afonso; o deputado federal pelo estado da Guanabara, Max da Costa Santos; o deputado federal pelo estado do Maranhão, Neiva Moreira; Paulo Schilling, um dos principais assessores de Brizola; Cândido Aragão, um dos principais líderes da Revolta dos Marinheiros, ocorrida dias antes do golpe de 1964. O trânsito entre as lideranças políticas estabelecidas em Montevidéu e as que permaneceram no Brasil foi frequente, devido à passagem constante dos “pombos-correios”, brasileiros que iam e vinham do Brasil em direção ao Uruguai, cruzando a fronteira, a fim de obter orientações de resistência à ditadura recém-instalada.

Propícia mesmo para a conspiração era aquele clima de Montevidéu: liberdade absoluta, partidos de todos os matizes e todos legalizados (até os trotskistas e anarquistas, estigmatizados no resto do mundo, lá tinham sede, bandeiras, jornais e congêneres). E, além de tudo, muitos livros e revistas contando da utopia e da revolução. Tudo à mostra, tal qual aquelas centenas de brasileiros exilados, que enchiam os cafés da Avenida 18 de Julio ou da Rua San José ou de Pocitos e sonhavam com a volta. Juntos mas não misturados, ministros do governo deposto, oficiais, deputados, porteiros de ministérios, subalternos das Forças Armadas, dirigentes sindicais. Gente do Norte e do Sul do Brasil contando os planos e os êxitos de uma guerrilha hipotética, para a qual já marcavam data. Inclusive a do triunfo (TAVARES, 2012, p. 167).

Essa percepção era compartilhada por diversos exilados brasileiros que se estabeleceram no Uruguai. O golpe de 1964 havia instalado uma ditadura até então

inédita na região e, apesar das denúncias de conspiração e participação por parte do governo dos Estados Unidos, ainda não era percebida como inserida dentro dos moldes da Doutrina de Segurança Nacional. “A capital do Uruguai era a Meca da revolução nacionalista-popular no Brasil” (TAVARES, 2012, p. 167): a primeira geração de exilados brasileiros almejava com a resistência organizada desde fora do país e sonhava com o retorno.

Elemento de grande preocupação para a ditadura brasileira, o CIEEx acompanhava de perto essas atividades dos asilados. Para tanto, vários eram os métodos de espionagem utilizados a fim de obter as informações consideradas necessárias pelo aparato repressivo, tais como violação de correspondência, apreensão de materiais pessoais e das organizações, vigilância da fronteira, infiltração de informantes na comunidade de exilados, etc. Entretanto, um aspecto fundamental a se considerar em relação à atuação do CIEEx no monitoramento das atividades dos brasileiros é que essa seria muito difícil sem a cooperação das forças repressivas do país que estivesse abrigando-os – mesmo que a postura oficial do governo fosse de acolhida a essas pessoas. Assim, as forças policiais e militares dos demais países apoiaram e colaboraram com a vigilância e monitoramento desses exilados, pois também os consideravam “subversivos”, pela lógica da Doutrina de Segurança Nacional.

Desse modo, por exemplo, aos órgãos de inteligência militar uruguaios competiam o acompanhamento das ações dos exilados brasileiros no Uruguai, como se depreende do documento abaixo:

- 1) Em 23/AGO/67, por instrução do SERVIÇO DE INTELIGÊNCIA MILITAR do Uruguai (SIM), realizou-se uma vistoria na “Granja” de propriedade do asilado LEONEL DE MOURA BRIZOLA, na localidade de Pando (ROU).
- 2) Durante a investigação foram identificados os elementos que ali se encontravam.
- 3) Dado o atraso na realização da “batida” não foram encontrados quaisquer indícios de existência de armas ou de funcionamento de campo de treinamento de guerrilhas, no local.<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 18/32. CIEEx nº. 516/67. Índice: Granja de Pando. “Grupo-BRIZOLA”. Asilados na ROU. “s.d.”, 22 set. 1967.

Conforme Philip Agee (1976), a estação da *Central Intelligence Agency* (CIA) em Montevideu, com o golpe de Estado de 1964, passaria a ter como uma das suas principais responsabilidades a vigilância dos exilados brasileiros, dentre eles, principalmente, o presidente deposto e o ex-governador Leonel Brizola, bem como os demais exilados que se agrupavam ao seu redor. As forças policiais uruguaias já tinham a experiência da vigilância aos exilados paraguaios e argentinos, desde a década de 1950, bem como aos bolivianos, que também chegaram no ano de 1964. Essas ações repressivas vão de encontro a uma leitura tradicional de um Uruguai que passa a utilizar métodos violentos e autoritários somente a partir da chegada de Pacheco Areco à presidência da República. Os métodos existiam; o questionamento que pode ser feito refere-se à sua eficácia. A historiadora Clara Aldrighi aponta que os próprios agentes estadunidenses definiam a polícia uruguaia como uma “organización ineficiente, que disponía de escasos recursos y los empleaba de modo inadecuado; su organización y administración eran deficientes, el sistema de archivos inadecuados y el entrenamiento inexistente” (ALDRIGHI apud BROQUETAS, 2014, p. 74). Porém, a colaboração com os órgãos de informação e repressão brasileiros era inquestionável, mesmo que muitas vezes pudesse ser considerada ineficiente e/ou insuficiente:

- 1) Há mais de 30 dias que o asilado EMMANUEL NICOLL está desaparecido de Montevideu.
- 2) Recentemente foram recebidos indícios de que o mesmo já se encontrava naquela cidade, embora não em seu domicílio.
- 3) A ausência de NICOLL e sua volta clandestina a Montevideu se explicariam por haver ele deixado o território uruguaio sem conhecimento das autoridades uruguaias. É possível, inclusive, que tenha viajado clandestinamente a Cuba para participar da reunião da OLAS realizada recentemente.
- 4) O fato de permanecer o marginado oculto em Montevideu poderia estar ligado a eventual plano de ingresso sub-reptício em território brasileiro.

NOTA - A respeito do informe acima é útil lembrar que NICOLL integra, na qualidade de 2ª. pessoa, o grupo “militar” liderado por CÂNDIDO ARAGÃO, o qual, como é notório, esteve em Cuba durante a

reunião da OLAS.<sup>12</sup>

O CIEEx analisava os serviços de informações uruguaios. Num relatório produzido por esse órgão em 1970 e distribuído para o SNI,<sup>13</sup> realizou o levantamento daqueles serviços – com destaque para o *Servicio de Inteligencia Militar* e a *Dirección de Información e Inteligencia*, assim como suas funções e estruturas. Vários foram os elementos apontados pelo relatório que contribuíam para a ineficiência e vulnerabilidade dos serviços de informação uruguaios: baixa remuneração dos agentes, subordinação a autoridades cuja manutenção no cargo depende da conjuntura política, falta de recursos humanos e materiais, agentes que compunham as organizações policiais teriam uma maior sensibilidade para as reivindicações sindicais, rivalidades entre os departamentos e diretorias, etc.

Porém, uma das principais causas apontadas era a dificuldade de os serviços de informação ajustarem-se ao novo contexto uruguaio, em virtude do recrudescimento dos movimentos de luta armada:

Os serviços de informação uruguaios parecem haver sido concebidos dentro de uma estrutura de Governo político-liberal, em época de relativa prosperidade e paz social, estando atualmente “defasados”, isto é, presos a moldes (não só as estruturas administrativas mas também a filosofia geral) inapropriados para a nova situação de crise que vive o país, notadamente com o surgimento e intensificação da ação terrorista clandestina, de alcance internacional.<sup>14</sup>

Uma das consequências dessas vulnerabilidades dos serviços de informação uruguaios apontada pelo relatório do CIE seria a grande participação e influência da CIA nas forças policiais desse país, contando, inclusive, com um grupo de assessoria estadunidense instalado na chefatura de Montevidéu. Além disso, a infiltração de “elementos subversivos de esquerda” nos órgãos policiais não seria difícil. Por fim, o

---

<sup>12</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 27/32. CIEEx nº. 524/67. Índice: Asilados no Uruguai. Emmanuel Nicoll. “s.d.”, 25 set. 1967.

<sup>13</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 05.5, p. 16-21/105. CIEEx nº. 177. Índice: URUGUAI. Serviços de informação. “s.d.”, 7 jul. 1970.

<sup>14</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 05.5, p. 16-21/105. CIEEx nº. 177. Índice: URUGUAI. Serviços de informação. “s.d.”, 7 jul. 1970.

relatório conclui que dois são os maiores obstáculos para a eficiente atuação dos órgãos de informação no Uruguai: “a sistemática do direito processual uruguaio, excessivamente limitativa da liberdade da ação policial; e a abusiva liberdade de imprensa”.<sup>15</sup>

Percebe-se que a comunidade de informações brasileira também tinha a preocupação de estudar e analisar os serviços dos demais países, principalmente os da vizinhança. Em 1970, a ditadura brasileira ainda se encontrava sozinha na região, considerando-se o “baluarte” da defesa da Segurança Nacional, conforme propagado na “Teoria do Cerco”.<sup>16</sup> Assim, mesmo que o Uruguai estivesse em franco processo de autoritarismo e de violência política, e estivesse investindo duramente na modernização do seu aparato policial, o Brasil dos “anos de chumbo” o percebia como ineficaz no combate à “subversão”. Condenava o Uruguai também pelos seus resquícios democráticos, como liberdade de imprensa e limitação do poder da força policial.

Na análise de Magdalena Broquetas, o aparato policial uruguaio possuía um frágil controle das suas fronteiras, bem como a falta de arquivos atualizados que identificassem a população (BROQUETAS, 2014). O Uruguai era um país muito procurado pelos brasileiros que pretendiam ir a Cuba, sendo essa rota uma das mais utilizadas. Muitos retornavam clandestinamente para o Uruguai para que fossem desconhecidas as suas atividades – uma delas, o horizonte da volta para o Brasil. Nesse sentido, a vigilância aos pombos-correios também se dava de forma intensa, sendo uma das grandes preocupações do CIEEx:

---

<sup>15</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 05.5, p. 16-21/105. CIEEx nº. 177. Índice: URUGUAI. Serviços de informação. “s.d.”, 7 jul. 1970.

<sup>16</sup> Apesar da sua data de elaboração ser imprecisa, a “Teoria do Cerco” foi fortemente difundida nos meios militares brasileiros a partir do final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Nessa concepção, a ditadura brasileira estaria literalmente “cercada” por governos hostis a ela, tais como os “marxistas”, ou, então, grupos que poderiam vir a tomar o poder e ameaçariam a estabilidade brasileira na região e a segurança nacional: os movimentos nacionalistas de Juan Velasco Alvarado, no Peru, e de Juan José Torres, na Bolívia; a atuação de grupos de luta armada; a eleição da Unidade Popular, no Chile; a formação da Frente Ampla, no Uruguai. Para tanto, era necessário neutralizá-los antes que se fortalecessem e o comunismo avançasse na América Latina. A “Teoria do Cerco” seria retomada quando da vitória de Héctor Cámpora na Argentina, representando a Juan Domingo Perón. Segundo Luiz Alberto Moniz Bandeira, o medo da formação de um eixo Allende-Cámpora acelerou o movimento golpista no Chile (MONIZ BANDEIRA, 1993).

- 1) A brasileira MARIA LERCH, casada com EURICO LERCH, representante da exportadora BRAMEX, no Uruguai, viaja constantemente entre Porto Alegre e Montevideu.
- 2) Consta que na ida para Montevideu a marginada introduz mercadorias brasileiras em território uruguaio e na volta traria correspondências de asilados. [...] <sup>17</sup>

Mesmo o asilo político ofertado pelo governo uruguaio era motivo de vigilância por parte do órgão de espionagem:

- 1) Em 14/SET/67, o asilado TARZAN DE CASTRO teria comparecido ao Ministério do Exterior do Uruguai, para uma entrevista com o Assessor Jurídico daquele órgão, BALTAZAR BRUM.
- 2) O marginado teria ido ao Ministério por iniciativa própria com o objetivo de reclamar a devolução de uma carteira de identidade, que lhe fora concedida quando de sua chegada ao país e que posteriormente fora apreendida.
- 3) É possível que a visita se tenha devido a outro motivo qual seja o de gestionar um despacho favorável da Assessoria Jurídica do Ministério, no tocante à formalização do asilo do marginado no país ou melhor dito, da concessão formal do asilo territorial. <sup>18</sup>

Entre 1968 e 1973 ocorreu a chamada segunda onda de exílio e, conseqüentemente, a segunda geração de exilados, produzida pela dinâmica desencadeada desde 1964. Composta na maior parte por integrantes de movimentos da luta armada e por estudantes, a opção de exílio político passou a ser o Chile de Salvador Allende, a partir de 1970.

A geração de 1968 está identificada a militantes mais jovens extremamente críticos às posições e práticas do PCB, muitos originários do movimento estudantil, de onde saíram para se integrarem à luta armada em organizações que supervalorizaram a ação revolucionária – de massas ou de vanguarda. Os eventos e lutas pós-64 – o movimento estudantil, as passeatas, as greves, a luta armada, os sequestros de diplomatas – são as referências. Quando partiram, ainda não possuíam, em sua maioria, uma profissão definida e vivenciaram o exílio em seus anos decisivos de formação como

---

<sup>17</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 29/32. CIEx nº. 526/67. Índice: Atividades de Maria Lerch. Asilados brasileiros no Uruguai. Contrabando. “s.d.”, 25 set. 1967.

<sup>18</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 02.9, p. 22/32. CIEx nº. 519/67. Índice: Asilados brasileiros no Uruguai. TARZAN DE CASTRO. “s.d.”, 22 set. 1967.

indivíduos e profissionais. As principais cidades do exílio da geração de 1968 foram Santiago e Paris (ROLLEMBERG, 1999, p. 50).

Atraídos pela expectativa da “via chilena ao socialismo”, muitos brasileiros para lá se dirigiam, a fim, também, de tentar reorganizar a luta armada – seriamente abalada pelos métodos da comunidade de informações da ditadura – no exílio.<sup>19</sup> Entretanto, a atuação dos guerrilheiros continuaria a ser monitorada e vigiada pelos órgãos de informação e espionagem brasileiros, mesmo num país solidário ao exílio. A partir do início da escalada autoritária no Uruguai, em 1967, com a ascensão de Pacheco Areco à presidência, os exilados brasileiros passaram a ser ostensivamente ameaçados, levando muitos deles a se deslocarem para o Chile, também.

Desse modo, a atuação do CIEEx no Chile de Salvador Allende intensificou-se, o que não significou, entretanto, o abandono das suas atividades no Uruguai. O exílio brasileiro e seus movimentos eram a principal razão de ser desse órgão de espionagem, levando-o a seguir os passos dos brasileiros que estivessem fora do território. Assim, mesmo antes da vitória presidencial de Allende, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil monitorava o ingresso, legal ou ilegal, de brasileiros no Chile. A expectativa da implantação do socialismo no país, com a vitória da Unidade Popular, atraía muitos estrangeiros, sendo que o próprio CIEEx possuía a informação de que cerca de 300 brasileiros se encontravam, em abril de 1970, no Chile, conforme documento secreto a seguir:

1. O afluxo de asilados e refugiados brasileiros no Chile ter-se-ia

---

<sup>19</sup> Nem todos brasileiros conseguiram exilar-se; muitos tiveram que se refugiar na clandestinidade. A ditadura brasileira também criou a figura do “banido”, com a decretação do Ato Institucional Nº. 13, em 5 de setembro de 1969, que estabelecia o “banimento do território nacional de pessoas perigosas para a segurança nacional”, em virtude do sequestro do embaixador estadunidense Charles Burke Elbrick pelas organizações de luta armada Movimento Revolucionário Oito de Outubro (MR-8) e Ação Libertadora Nacional (ALN). Os guerrilheiros exigiram a libertação de 15 presos políticos e a leitura de um manifesto em repúdio à ditadura pela soltura do embaixador. Os presos políticos que foram trocados por diplomatas sequestrados por organizações guerrilheiras passaram a ser os “banidos”, assinando um documento constando que aceitavam sair do país, com a perda da cidadania. Porém, os “banidos” também sofreram outro tipo de condenação, extrajudicial: caso retornassem para o Brasil, seriam executados pelo aparato repressivo, o que ocorreu de fato. Os “banidos” que regressaram antes da decretação da Lei de Anistia e foram localizados pelos serviços de inteligência acabaram assassinados.

incrementado nos últimos meses, estimando-se que, em ABR/70, se encontrariam naquele país cerca de 300 elementos, entre asilados de jure, refugiados, ingressados como turistas ou clandestinamente.

2. A razão de tal incremento seria atribuível a:

i) Existência de uma chamada “caixinha”, sustentada por asilados que usufruem de cargos, bem remunerados em dólares, em organismos internacionais com sede no Chile, como o CEPAL, OIT, etc.

ii) Possibilidades de contatos organizados com o PC Chileno e outras organizações de esquerda, bem como as perspectivas otimistas de uma vitória eleitoral de SALVADOR ALLENDE, que teria prometido ao grupo de asilados encabeçado por ALMINO AFONSO apoio ao movimento tendente a derrubar o Governo brasileiro.

[...] <sup>20</sup>

Com o golpe de 11 de setembro de 1973, a perseguição aos asilados que estavam no Chile foi feroz. A nacionalidade tampouco importava: na luta contra a “subversão”, chilenos e estrangeiros eram perseguidos pelo aparato repressivo da recente ditadura. Já a embaixada brasileira fechou suas portas, não recebendo nenhum refugiado.<sup>21</sup> Essa situação levou a que diversos brasileiros (e demais latino-americanos) tivessem que procurar asilo político em embaixadas de outros países, o que não foi tão fácil, pois um clima de terror havia se instaurado nas ruas de Santiago. Rapidamente, as embaixadas do Canadá, Panamá, Argentina, México, Suécia e Suíça superlotaram. Antes de livre acesso, as embaixadas começaram a colocar restrições para receber pessoas. A presença dos *carabineros* diante das embaixadas também dificultava o acesso às embaixadas e, logo, à solicitação do asilo político, conforme Rollemberg (1999. P. 178-179).

O CIEEx monitorou todas essas atividades dos brasileiros que se encontravam no Chile e que buscaram asilo político em outras embaixadas. Uma de suas maiores preocupações era prosseguir com o monitoramento e a vigilância desses cidadãos, bem como realizar levantamentos de quantos estavam solicitando asilo político nas

---

<sup>20</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 05.4, p. 8/26. CIEEx nº. 148. Índice: Asilados brasileiros no Chile. Atividades subversivas no Brasil. “s.d.”, 20 maio 1970.

<sup>21</sup> A ditadura brasileira exerceu um importante papel no processo de desestabilização durante o governo de Salvador Allende, que culminaria com o golpe de Estado de 11 de setembro de 1973. Segundo informações do embaixador estadunidense em Santiago, o embaixador brasileiro, Antonio da Câmara Canto, o teria convidado para planejarem e coordenarem ações com o propósito de derrubar Allende (DAVIS, 1990).



embaixadas (e em quais), e conhecer as suas atividades, tanto no Brasil quanto no Chile. Além disso, existiam solicitações sobre o “grau de periculosidade dos subversivos brasileiros”:

Dados conhecidos:

1) Conforme é do conhecimento da Comunidade de Informações, inclusive através de informes difundidos por este Centro, numerosos subversivos brasileiros buscaram asilo em Embaixadas latino-americanas em Santiago. Além disso, outros subversivos brasileiros deverão ser expulsos pelo novo Governo chileno, indo, pelo menos inicialmente, para outros países do Continente.

2) Dentre esses asilados e expulsos há vários subversivos que, por seus antecedentes ou pela atuação que vinham tendo no Chile, devem ser alvo de um esforço de acompanhamento por nossas representações para os quais se deslocarem.

Dados solicitados:

A fim de permitir a orientação das representações brasileiras, indicações básicas que possibilitem aquilatar o grau de periculosidade dos subversivos brasileiros que se deslocarão do Chile para outros países do Continente.<sup>22</sup>

Assim, com a saída dos brasileiros do Chile para outros países, a rede de atuação do CIEEx se ampliou e diversificou. Paris foi uma das principais capitais europeias para onde os exilados rumaram, assim como Lisboa, notadamente após a Revolução dos Cravos, em 1975, que derrubou o governo fascista de Salazar. No caso da primeira, a instalação de uma base teria como objetivo a aproximação com o *Service de Documentation Extérieure et de Contre-Espionnage* (SDECE), o serviço secreto francês. Documentos encontrados pela Comissão Nacional da Verdade no arquivo do Ministério das Relações Exteriores atestam a criação de bases do CIEEx nessas duas capitais. Os diplomatas encarregados para essa base seriam responsáveis por manter o sigilo das suas operações e estabelecer os contatos indispensáveis para a execução das atividades de espionagem:

---

<sup>22</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 11.3, p. 29/131. CIEEx nº. 484/73. Índice: Asilados brasileiros no Chile. “s.d.”, 5 out. 1973.

Há, por fim, provas documentais ainda mais contundentes: o despacho-telegráfico secreto e exclusivo nº. 616, de 27 de agosto de 1974, para a Embaixada em Lisboa, e o nº. 446, de 15 de maio de 1975, para a Embaixada em Paris, ambos expedidos pelo gabinete do ministro de Estado, em que o próprio embaixador Azeredo da Silveira informava aquelas missões diplomáticas que nelas decidira “abrir uma ‘base’ do Centro de Informações do Exterior (Ciex), que me é diretamente subordinado”, com a designação dos diplomatas responsáveis e instruções aos chefes dos respectivos postos quanto às funções oficiais que lhes deveriam atribuir, para “propiciar [...] a adequada cobertura e os contatos indispensáveis”, de maneira a “preservar o máximo grau de sigilo e segurança operativa no desempenho das tarefas de caráter especial”. Arquivo do MRE, Série Secreto Exclusivo (BRASIL, 2014, p. 184).

A volta do exílio do ex-presidente argentino Juan Domingo Perón e a sua posterior vitória no pleito presidencial, em setembro de 1973, levou muitos sul-americanos a escolherem a Argentina como local de asilo político. A democracia argentina resistia em meio às ditaduras do Cone Sul. Muitos brasileiros se dirigiram para esse país; conseqüentemente, as atividades de espionagem do CIEEx ali aumentaram.

Assim, recrudescia a vigilância aos brasileiros que estavam na Argentina. Um documento produzido pelo CIEEx refere-se a Flavio Koutzii, que chegou em Buenos Aires no ano de 1975 para integrar o *Partido Revolucionario de los Trabajadores - Ejército Revolucionario del Pueblo* (ERP-PRT). Devido às suas atividades políticas, foi preso em maio de 1975, quando do governo de Isabela Perón, junto com outros militantes, durante quatro anos, e libertado após pressão de campanhas internacionais:

1. No dia 12 de maio de 1975 efetivos da Polícia Militar Argentina descobriram uma célula comunista, integrada por elementos argentinos e um brasileiro. A mencionada célula se encontra a cargo de “Liga Comunista Revolucionária”.
2. A célula estava formada por elementos de alto nível ideológico e seu membro principal é o subversivo brasileiro FLÁVIO KOUTZI [...] nascido em Porto Alegre (RGS), em 20 de março de 1943, solteiro, professor.
3. FLAVIO KOUTZI foi enviado à Argentina pela IV Internacional de Paris para dirigir a mencionada liga, na qualidade de “Chefe do Bureau

Político” da mesma. [...] <sup>23</sup>

No final dos anos 1970 até a promulgação da Lei de Anistia, em 1979, Portugal passou a ser um dos países mais controlados pelo CIEEx, em virtude da grande concentração de asilados brasileiros que ali estavam, envolvidos agora, em grande parte, com a expectativa da volta para o país e a reorganização dos movimentos em partidos políticos. O documento a seguir, do ano de 1976, foi produzido pelo CIEEx e difundido para o SNI e os órgãos de inteligência militares. O seguimento a brasileiros que chegassem a Lisboa e se envolvessem com asilados era um padrão desse órgão de espionagem, assim como a busca de informações:

1. Chegou recentemente a Lisboa um cidadão brasileiro, ainda não identificado, que seria membro de uma “escola de quadros” de extrema esquerda com sede no Canadá e teria residido na China Continental.
2. Em Lisboa, onde está em trânsito, espera a chegada de um elemento ligado ao terrorismo internacional, com o fim de seguir viagem com destino a Montreal, Canadá.
3. O elemento em questão, que se diz pertencer ao grupo de JOAQUIM PIRES CERVEIRA, está hospedado, em Lisboa, na residência do asilado CARLOS FIGUEIREDO SÁ.
4. Dados de identificação do nominado, obtidos visualmente:
  - brasileiro;
  - com 35 anos de idade, aproximadamente;
  - 1,65 de altura, aproximadamente;
  - cor: branca;
  - olhos: castanhos;
  - cabelos: castanhos escuros;
  - nariz; normal;
  - barba e bigode: raspados.<sup>24</sup>

“Se a *comunidade* tinha um órgão de excelência, este era o serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores” (FIGUEIREDO, 2005, p. 175). O CIEEx foi o órgão de espionagem *per se* da ditadura brasileira, mantendo-se secreto durante todo esse período. Com uma rede modesta de diplomatas, adidos, informantes e colaboradores

---

<sup>23</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 14.5, p. 24/43. CIEEx nº. 192/75. Índice: Detenção de subversivo brasileiro. FLAVIO KOUTZI. “s.d.”, 19 maio 1975.

<sup>24</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE. 15.1, p. 16/24. CIEEx nº. 015/76. Índice: Portugal. Refugiado brasileiro. “s.d.”, 23 jan. 1976.

no início da sua atuação, ao longo dela foi se desenvolvendo e se articulando, principalmente com os órgãos de informação dos países onde instalava suas bases. O CIEEx acompanhou o movimento e a dinâmica do fluxo dos brasileiros que saíram do país, fosse na condição de asilados, banidos, refugiados ou clandestinos. Para tanto, criou uma rede que se ramificou nos países do Cone Sul e em diversos da Europa, inclusive nos do Leste Europeu, utilizando as atividades diplomáticas para encobrir suas operações.

O monitoramento de cidadãos brasileiros foi a razão de ser do CIEEx. Inicialmente, suas investigações recaíam em políticos, escritores e artistas considerados “subversivos” pelo regime. Paulatinamente, todo brasileiro que saía do território nacional e todos os estrangeiros que quisessem viajar para o Brasil passaram a ser observados pelo CIEEx e pela DSI/MRE (ISHAQ; FRANCO; SOUZA, 2012, p. 85-86). Assim, nas décadas de 1960 e 1970 esse centro dedicou-se à vigilância dos indivíduos que estavam fora do Brasil. Já na década de 1980, acompanhando as novas orientações do Sistema Nacional de Informações (SISNI), o CIEEx passou a privilegiar as análises de conjuntura dos países nos quais possuía suas bases.

### **A infiltração como um dos principais métodos do Centro de Informações do Exterior**

O caso do informante Alberto Conrado, brasileiro também com nacionalidade uruguaia, possui mais de 800 fólios de documentação, abrigada pelo Arquivo Nacional do Brasil. Trabalhava para o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR), conforme suas declarações, e repassava seus informes para o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), órgão secreto de inteligência e espionagem vinculado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil e subordinado ao SNI. Atuou como infiltrado dentro da comunidade de asilados brasileiros no Uruguai de 1967 a 1980.

Identificado nos relatórios como “Altair”, “Johnson”, “Zuleica” e “Carlos Silveira”, Alberto Conrado enviava as informações que obtinha por meio do seu “operador” – identificado como “Fred” e “José” –, geralmente em cinemas de Montevideú, em encontros que duravam no máximo 15 minutos. Além de vigiar a comunidade asilada no Uruguai, muitas vezes acompanhava esses mesmos exilados em missões no exterior.

Outra forma de obter os informes era através da interceptação de cartas, prática na qual tinha suporte de funcionários do correio uruguaio mediante pagamento:

- 1 – O interceptador da correspondência é LIRIO FERNANDEZ.
- 2 – Reside à Rua Reconquista, esquina Alzaibar e trabalha na seção de cartas registradas, no correio central, desempenhando funções de chefe de seção.
- 3 – O referido elemento está pronto a “passar”, de cada vez, cerca de 15 cartas, de *qualquer procedência*, inclusive da China comunista, mediante o pagamento de MU\$ 1.500,00 por cada entrega.
- 4 – As “passadas” podem continuar a ser feitas pelo intermediário anteriormente utilizado e a pretexto de que se destinam a CLAUDIO (foi esta a explicação que ALTAIR deu, tanto da primeira vez, quando era operado por DIEGO, quando desta, quando voltou a procurar o funcionário dos correios).<sup>25</sup>

A questão referente a pagamentos era muito debatida nos relatórios. Há vários pedidos de ressarcimentos, pagamentos atrasados e pagamento de 13º. salário. Esses documentos ajudam a comprovar a vinculação desses informantes à comunidade de informações da ditadura brasileira, no caso específico, a um órgão do Ministério das Relações Exteriores:

1. Vamos manter JOHNSON. Não é, está longe de ser o ideal, mas é o de que dispomos. Apesar dos riscos que representa, é melhor do que nada.
2. Como é quase certo que no primeiro contato JOHNSON fale em dinheiro é bom que JOSÉ esteja preparado para dizer-lhe que o último trimestre do ano será, como os demais pagos vencido (isto é, em janeiro), que ele receberá o décimo-terceiro e que não se aflija nem crie casos porque nunca deixou nem deixará de receber o que lhe é devido.
3. Devemos capitalizar os longos meses durante os quais JOHNSON ganhou sem trabalhar para nós e cobrar-lhe um relatório condizente com a nossa magnanimidade.<sup>26</sup>

A avaliação das atividades de Alberto Conrado foi uma constante nos mais de dez anos que trabalhou como agente infiltrado entre os exilados brasileiros. Essa

---

<sup>25</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE.25.1, p. 225/812. Informe Interno M-019. Índice: Fontes. “s.d.”, 16 mar. 1967.

<sup>26</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE.25.2, p. 552/812. Mensagem Nº 010 (M). “s.d.”, 24 nov. 1976.

situação pode ser percebida no documento anterior, de novembro de 1976, enviado de “Argeu” para “Fred”, o operador do informante, quando decidem mantê-lo vinculado ao CIE: mesmo estando “*longe de ser o ideal*”, é a pessoa que dispõem para realizar as tarefas de infiltração, sendo “*melhor do que nada*”.

Essa decisão foi tomada após a análise do “Estudo encomendado pela Central” à BEX - EO (Base da embaixada de Montevideú) de 17 de agosto de 1976 e encaminhada um mês depois.<sup>27</sup> O relatório contém sete páginas, possui caráter secreto e não é assinado, mas pode-se depreender que foi realizado pelo seu operador. Constam as partes de “Introdução”; “Procedimento do agente”, com as subpartes “Relação do agente com o seu operador”, “Atitude do agente em relação ao CIE”, “Ligações do agente com outros serviços nacionais e estrangeiros”; “Produção do agente”; “Conclusão”.

Para o entendimento da figura do “informante”, destacam-se alguns trechos do relatório. Na “Introdução”, foi realizado um perfil psicológico de Alberto Conrado e de como este interferia na sua atividade profissional:

O comportamento profissional de Altair reflete em grande parte as peculiaridades de seu perfil psicológico, marcado por uma *ambiguidade característica* que desorienta as pessoas que com ele são forçadas a relacionar-se direta ou indiretamente. Aliás, essa *duplicidade* se estende a quase todos os aspectos dominantes de sua vida, que apresenta às vezes uma natureza contraditória: Altair mantém relações de amizade com elementos reconhecidamente perigosos de esquerda e, no entanto, sente a necessidade de justificar sua atitude para que o se ligou aos Serviços de Informações. Essa ambiguidade é uma forma de permitir-lhe fazer o que deseja, sem os percalços inerentes às atividades e às ligações que porventura tenha.  
[...]

O temperamento de Altair apresenta também características similares, pois não apresenta qualquer similitude com a imagem que se poderia ter de sua pessoa: apresenta grande dinamismo e mesmo certa agressividade, traços psicológicos que parecem esconder um temperamento melancólico e impressionável.

---

<sup>27</sup> Arquivo Nacional. Centro de Informações do Exterior. BR AN, BSB, IE.25.2, p. 556/812. Relatório secreto BEX-EO. Assunto: Estudo encomendado pela Central através do MSG 009(M), de 17/AGO/76. “s.d.”, 17 set. 1976. Grifos nossos.

[...]

Outro traço característico do agente é a *imaginação fértil*. Altair possui uma capacidade de ligar fatos aparentemente desconexos de nível extraordinário. Porém, na maioria das vezes suas hipóteses de trabalho provaram ser acertadas. *Altair conseqüentemente detém um dom natural para o trabalho específico que executa.*

[...]

O fato de Conrado ser um agente infiltrado suscitava na comunidade de informações brasileira a noção de “duplicidade” no que se referia a ele. Assim, seu perfil psicológico era marcado por uma posição ambígua e contraditória, segundo os critérios do seu avaliador. O relatório aponta o sentido de que, devido ao seu caráter e “dom natural”, Conrado era um informante “nato”, e não que tenha sido fabricado por um regime de exceção. A existência gera a consciência, e não vice-versa. Exaltava-se a sua “imaginação fértil”, ao invés de se ficar receoso, pois na lógica da produção da informação, o necessário era exatamente a produção, e não tanto a veracidade.

Outro trecho importante a ser destacado diz respeito às relações entre o agente e o operador:

Após um longo período de reestruturação material e operacional, o relacionamento operador-agente entrou em uma fase de relativa estabilidade e lógica operacional, salvo as eventuais crises “históricas” do agente, ocasionadas principalmente por *falta de cobertura econômica* por ocasionais atrasos ou reivindicações salariais do agente.

[...]

O operador considera o trabalho do agente como razoavelmente bom e, em algumas oportunidades, bom. Ressalte-se que se considera como uma constante nestes comentários, por parte do operador, a *certeza da duplicidade e conseqüente pouca fidelidade*, características do trabalho desenvolvido pelo agente.

[...]

O grande problema é saber *para que lado pende o agente em seu foro íntimo*, pois essa é a *questão vital para avaliar seus informes*, atribuindo-lhes maior ou menor credibilidade. Acredito, contudo, à luz da conhecida duplicidade do agente, que sua configuração como “C-3” atende à realidade da situação em que exerce suas atividades profissionais.

[...]

A questão financeira é sempre ressaltada. Pese a sua convicção ideológica, Conrado não estava disposto a infiltrar-se na comunidade de asilados brasileiros sem remuneração, o que ocasionou vários desgastes com o seu operador, devido a atrasos salariais por parte da administração das instituições ditatoriais.

Um elemento de grande importância a destacar é a interpretação dos informes que Alberto Conrado entregava para o seu operador. A “duplicidade” e “pouca fidelidade” eram características marcantes dos seus relatórios. Os órgãos de informação suspeitavam que o informante também repassasse os informes para os asilados, considerando-o, dessa maneira, um agente duplo. Entretanto, era quem se dispunha a realizar essas tarefas para a ditadura, o que levou à sua permanência no cargo.

O informante brasileiro foi classificado como “C3”, isto é, “bastante idôneo não em todas as ocasiões” e “possivelmente verdadeiro”, visto ser um “infiltrado”, ou seja, também posto em vigilância pela mesma comunidade de informações a que ele servia. Os serviços de inteligência desconfiavam constantemente dos informantes, pois, conforme o relatório das atividades de “Altair” apontava, o *grande problema é saber para que lado pende o agente em seu foro íntimo, pois essa é a questão vital para avaliar seus informes*. Alberto Conrado concedeu uma entrevista ao jornal *Folha de São Paulo*,<sup>28</sup> no ano de 2012, afirmando que “luchava intensamente contra o comunismo”, “siempre, sempre”, porque o “comunismo é uma porquería, a direita é boa, é gente de bem”. Porém, o ex-informante ressalta que tinha amigos nos dois lados. Para tanto, segundo suas palavras, era simples, bastava somente se adaptar.

Por fim, a questão referente à produção do agente:

Quantitativamente, a produção de Altair tem sido razoável: em 1974 foram encaminhados à Central 222 Informes calcados sobre o material que o agente obteve. Em 1975, tal cifra se viu reduzida a apenas 139

---

<sup>28</sup> VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signupcolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrisima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 2014.



Informes [...]. Além disso, o agente encaminhou relatórios com a descrição de suas viagens ao exterior, com valiosas informações.  
[...]

De uma forma geral, os informes de Altair desdobram-se em três ramos distintos: informação política, material relativo à subversão e o que se poderia qualificar de informações estratégicas.  
[...]

O trabalho no terreno político-ideológico é o que revela a utilidade do emprego de um agente com características de duplicidade. Como o agente desenvolve contatos com elementos do meio sedicioso, sempre termina por fornecer indicações e elementos de valor.

Percebe-se que a produção de informes feita por Conrado era alta. No ano de 1974, 222 foram realizados, enquanto que em 1975, 139 informes foram remetidos ao operador. Predominavam os conteúdos expostos acima, com destaque, e considerados os mais valiosos e vitais para a comunidade de informações as atividades referentes à espionagem dos asilados brasileiros.

Não é possível precisar como esses relatórios produzidos pelo informante infiltrado, Alberto Conrado, repercutiram nas ações dos órgãos de informação e repressão contra os asilados brasileiros. Entretanto, é inegável que o papel de informante foi peça fundamental para a desarticulação dos movimentos de resistência à ditadura, e que todos os nomes indicados eram monitorados por meses, às vezes anos, podendo ocasionar o sequestro, a prisão arbitrária, a tortura, a morte e até o desaparecimento desses militantes.

### **Considerações finais**

A diplomacia desempenhou papel crucial na colaboração entre os Estados de exceção do Cone Sul. Parte importante das burocracias estatais, a diplomacia também passou por um processo de militarização. Houve a preocupação, entretanto, de manter, à frente dos ministérios, civis. Essa situação demonstra a efetiva participação de civis nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul, principalmente atuando como agentes do Estado.

A diplomacia passou a ser responsável pelo monitoramento e controle de quem estivesse fora do território, bem como pela análise e influência no país onde estivesse exercendo suas funções. No caso brasileiro, a preocupação com os cidadãos que se encontravam fora das fronteiras era tanta que a comunidade de informações possuía dois órgãos encarregados dessa tarefa: o Centro de Informações do Exterior (CIEEx) e a Divisão de Segurança e Informações do Ministério das Relações Exteriores (DSI/MRE). O Centro de Informações do Exterior foi criado, no ano de 1966, em função da experiência adquirida na vigilância aos exilados brasileiros no Uruguai e caracterizava-se por ser um órgão de inteligência e espionagem, que atuava clandestinamente, sendo desconhecido de outros agentes do próprio Ministério das Relações Exteriores.

Vários foram os métodos de atuação do CIEEx. No presente artigo, destacou-se a utilização de agentes infiltrados na comunidade de exilados brasileiros no Uruguai. Um caso notório foi do agente Alberto Conrado, infiltrado nessa comunidade por 13 anos, nos quais repassou centenas de informes anuais, e possuía contatos com diversos agentes dos serviços de inteligência uruguaios.

A existência do CIEEx somente foi conhecida em 2007, através das denúncias do jornal *Correio Braziliense*. Seus documentos foram, posteriormente, encaminhados para o Arquivo Nacional e colocados à disposição de consulta pública. A não abertura dos arquivos repressivos é uma das dificuldades encontradas pelo historiador do Tempo Recente. Numa sociedade democrática, o direito à verdade é imprescindível.

## Referências

AGEE, Philip. **Dentro da “Companhia”**. Diário da CIA. São Paulo: Civilização Brasileira, 1976.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Brasília: CNV, 2014.

BROQUETAS, Magdalena. **La trama autoritaria: derechas y violencia en Uruguay (1958-1966)**. Montevideo: Banda Oriental, 2014.

DAVIS, Nathaniel. **Os dois últimos anos de Salvador Allende**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1990.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar: espionagem e polícia política.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio: a história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005).** Rio de Janeiro: Record, 2005. p. 277.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo E.; SOUSA, Teresa E. **A escrita da repressão e da subversão: 1964-1985.** Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **Estado Nacional e política internacional na América Latina: o continente nas relações Argentina-Brasil (1930-1992).** 2. ed. São Paulo: Ensaio, 1993.

PENNA FILHO, Pio. Os arquivos do Centro de Informações do Exterior (CIE): o elo perdido da repressão. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, jul./dez. 2008, p. 79-92.

QUADRAT, Samantha Viz. Muito além das fronteiras. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O golpe e a ditadura militar: quarenta anos depois (1964-2004).** Bauru/SP: Edusc, 2004.

ROLLEMBERG, Denise. **Exílio: entre raízes e radares.** Rio de Janeiro: Record, 1999.

\_\_\_\_\_. Nômades, Sedentários e Metamorfoses: trajetórias de vidas no exílio. In: REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (orgs.). **O Golpe e a Ditadura Militar: quarenta anos depois (1964-2004).** Bauru, SP: EDUSC, 2004.

SEQUEIRA, Cláudio Dantes. O pai do Serviço Secreto do Itamaraty. **Correio Braziliense**, Brasília, 23 jul. 2007.

TAVARES, Flávio. **Memórias do esquecimento.** Porto Alegre: L&PM, 2012. p. 167.

VALENTE, Rubens; LEITÃO, Matheus. O araponga uruguaio. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 16 dez. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/paywall/signupcolunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrissima/84076-o-araponga-uruguaio.shtml>>. Acesso em: 19 jan. 20

Enviado em: 06.05.2020

Aceito em: 28.06.2020